

**Título:** R\$ 15 bi para infraestrutura (1) - **Data:** 12/03/2010 - **Veículo:** Notícias do Dia/Florianópolis  
**Página:** 21 - **Editoria:** Brasil - **Coluna:**

# R\$ 15 bi para infraestrutura

**Obras.** Montante é defendido pela Fiesc para investimentos incluídos no Plano Nacional de Logística e Transporte

As federações das indústrias de Santa Catarina (Fiesc), do Rio Grande do Sul (Fiergs) e do Paraná (Fiep) apresentaram ontem, em Florianópolis, propostas de obras estratégicas para a infraestrutura logística dos três Estados para o PNLT (Plano Nacional de Logística e Transporte) do Ministério dos Transportes. No caso catarinense, o valor dos investimentos demandados pelo setor industrial totalizam R\$ 15 bilhões até 2023 nos modais rodoviário (R\$ 5,3 bilhões), marítimo (R\$ 3,3 bilhões), ferroviário (R\$ 4,9 bilhões), aéreo (R\$ 948 milhões), dutoviário (R\$ 537 milhões) e hidroviário (R\$ 20 milhões).

Na reunião do PNLT, o presidente em exercício da Fiesc, Glauco José Côrte, representando o Fórum Industrial Sul, que reúne as federações de indústrias dos três Estados, apresentou levantamento sobre a execução do Plano de Aceleração do Crescimento do governo federal.

Os dados mostram que em 2009 foram efetivamente pagos apenas R\$ 871 milhões, o que corresponde a 37,8% dos R\$ 2,1 bilhões em investimentos programados pelo PAC para os três Estados. Santa Catarina teve o pior desempenho: apenas 17,2% dos R\$ 487 milhões previstos foram executados. No Paraná o total foi de

34,5%, e no Rio Grande do Sul, de 45,8%. Os recursos não utilizados em 2009 passam a ser classificados como "restos a pagar" e podem ser utilizados em 2010, mas os valores de 2008, quando a execução do PAC no Sul ficou em apenas 57,4%, já incluindo os restos a pagar utilizados em 2010, não poderão mais ser aplicados.

"Ao mesmo tempo em que é louvável a iniciativa de realizar um planejamento de longo prazo como o PNLT para os investimentos em infraestrutura, é lamentável observar que obras que têm recursos assegurados no orçamento não são executadas no ritmo necessário", disse Côrte.